



A INFÂNCIA E A ESCOLA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Autora: Nádia Priscila de Lima Carvalho, Orientadora: Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles

Universidade Federal de Pernambuco. Email: nadiapri1@hotmail.com, cgislane@terra.com.br

Resumo: O presente artigo pretende trazer algumas considerações, a partir de estudos bibliográficos, sobre a importância e necessidade de aproximação da escola com a infância. O mesmo objetiva abordar a importância e necessidade de aproximação efetiva da escola da criança em relação a infância como forma de respeito e reconhecimento do sujeito criança como detentor de direitos. A criança precisa ser respeitada e acolhida de forma efetiva, quanto as suas especificidades, nos ambientes que se põem atendê-las manifestando assim seus valores e vontades de forma livre e prazerosa.

Palavras Chave: Criança, Infância, Escola.

Introdução

A escolha do viés infância se justifica através de experiências acadêmicas, em pesquisas e em grupo de estudo sobre a mesma e sobre a sua efetivação no ambiente escolar, seus fundamentos e importância na vida da criança. Diante disso, das experiências e da teoria estudada ser criança e viver a infância na escola se caracteriza por vezes como um desafio. Desafio este que precisa ser superado e revertido em ações que estimulem e construam alicerces que favoreçam a liberdade, a criatividade, o sonho e a brincadeira nos espaços que acolhem as crianças.

Ao se falar em crianças na escola, tende-se a imaginá-las como aprendizes na arte da leitura e escrita. Isso é algo construído socialmente, talvez por apressamento e também pela necessidade social emergente de alunos excelentes para o mundo do trabalho. Segundo Moreno e Paschoal, (2009, p.49) “Questões como alfabetização precoce, [...], a cobrança de atitudes e comportamentos mais maduros por parte da criança, podem comprometer qualquer possibilidade de trabalho inovador com os pequenos.” Sabe-se que o trabalho com crianças está ancorado em direitos a elas favorecidos e que contemplam a infância, o brincar e o conhecer de forma bastante explícita, como a LDB, as



Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, o Estatuto da criança e do Adolescente, entre outros. Esse trabalho propõe tratar da necessidade de aproximação da infância com a escola. Fala-se muito em infância, mas onde encontrá-la na escola, se o tempo e o espaço são constituídos, por vezes, de rigidez e disciplina, onde a regralização está presente de forma institucionalizada.

A luz das teorias estudadas sobre infância e sobre o papel da escola em afirmar o sujeito criança, este trabalho tem como objetivo principal, abordar a importância e necessidade de aproximação efetiva da escola da criança como forma de respeito e reconhecimento do sujeito criança como detentor de direitos e potencialidades a serem desenvolvidas.

Metodologia

No intuito de elaborar este trabalho foi necessário realizar um levantamento bibliográfico em livros, artigos, leis e Diretrizes para a Educação Infantil, que tratassem a questão da infância e da criança na escola como pressupostos básicos a serem seguidos pela instituição escolar. Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é:

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa bibliográfica desenvolvida, foi de grande importância para construção desse trabalho, sobretudo no que diz respeito às temáticas abordadas no que se refere a importância da ação das instituições perante as crianças e a infância, sobre o papel da escola e dos educadores e a criança como elemento norteador do trabalho nas instituições que se propõem a atendê-las.

A infância e a escola

O interesse pelo tema infância vem ganhando espaço no meio acadêmico e é motivo de grandes trabalhos e estudos nessa área. O termo infância é uma construção social que é permeada por obstáculos, desafios e trajetórias que levaram a afirmação da mesma na sociedade. Sarmiento e Pinto (1997 p.11) dizem que “as crianças existiram sempre, desde o primeiro ser humano e a infância como construção social existe desde os séculos XVII e XVIII”. O reconhecimento da infância e da criança pela sociedade se deu de diferentes maneiras dependendo dos fatores socioculturais pertencentes em determinadas sociedades.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A criança se constitui como sujeito de busca e construção de si e do mundo. Ela é sujeito que pensa, dá significado ao mundo e que necessita de espaço para se desenvolver. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) define criança como “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, [...], produzindo cultura.” A criança é sujeito que produz cultura a partir de suas ações na sociedade e com seus pares. A escola dentro desse universo compreende boa parte do tempo das crianças o que significa dizer que ela possui responsabilidade em saber lidar com as populações infantis de forma a promover o seu desenvolvimento.

A escola sedia um espaço substancial na vida das crianças formando-as e transformando-as a partir daquilo que a instituição defende, afirmando ou negando a mesma no espaço de convívio e interações. Oliveira (2002 p. 48-49) retrata uma postura das instituições de educação infantil, que delinea seus caminhos para a criança, quando sustenta que “a ação educativa da creche ou pré-escola deve interpretar os interesses imediatos das crianças e os saberes já construídos por elas. Acima de tudo, comprometer-se em garantir o direito à infância que toda criança tem”. O modo como as instituições se comprometem a atender a criança é importante, principalmente quando esse modo é permeado pela flexibilização e a adaptação da mesma quanto as especificidades das crianças.

As instituições responsáveis que atendem crianças devem traçar metas e planos de ação com base no sujeito a que ela se propõe atender. Mas existe uma diferença relativa quanto ao que se fala e ao que se faz nos espaços educativos. Sarmiento e Pinto falam sobre um paradoxo vivido pela sociedade, que ao mesmo tempo que afirma a condição da criança e da infância reage a ela de uma forma bastante alheia. Os autores, citando Jens Qvortup, argumentam que:

(...) a condição paradoxal exprime-se, como sumaria Jens Qvortup, no facto de os adultos desejarem e gostarem das crianças, apesar de "produzirem" cada vez menos crianças e cada vez disporem de menos tempo e espaço para elas; (...) no facto de os adultos valorizarem a espontaneidade das crianças, mas as vidas das crianças serem cada vez mais submetidas às regras das instituições; no facto de os adultos postularem que deve ser dada a prioridade às crianças, mas cada vez mais as decisões políticas e económicas com efeito na vida das crianças serem tomadas sem as ter em conta; (...) no facto de os adultos concordarem em geral que as crianças devem ser educadas para a liberdade e a democracia, ao mesmo tempo que a organização social dos serviços para a infância assenta geralmente no controlo e na disciplina; no facto de, sendo as escolas consideradas pelos adultos como importantes para a sociedade, não ser reconhecido como válido o contributo das crianças para a produção do conhecimento; (...)
(SARMENTO e PINTO, 1997 *apud* QVORTUP, 1995:9).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Essa racionalidade presente na sociedade se contradiz a partir dessa paradoxal relação com as crianças que se estende na prática cotidiana das escolas. Nunca se tem falado tanto em infância na escola, sua valorização, inclusive pelo asseguramento em forma de documentos e leis, mas não se consegue ainda, enquanto sociedade, afirmar de fato em ações, a necessidade de ter e viver a infância na escola. Kramer (2007 p.14) discute e faz refletir sobre um paradoxo existente na atualidade e que muito se faz pensar sobre a situação vivenciada pela criança no ambiente educativo, sobretudo no modo como se norteia o trabalho com os pequenos. Segundo a autora:

Vivemos o paradoxo de possuir um conhecimento teórico sobre a infância e ter muita dificuldade de lidar com as populações infantis e juvenis. Refletir sobre esses paradoxos e sobre a infância, hoje, é condição para planejar o trabalho na creche e na escola e para implementar o currículo (KRAMER, 2007, p. 14).

Conseguir compreender a especificidade e situação da criança, especialmente em saber trabalhar a partir dela, é pressuposto básico para orientar o trabalho com as crianças. Considerar a criança e orientar as atividades para e com ela se constitui um desafio, principalmente pelo trabalho da escola que por vezes trabalha o desenvolvimento intelectual pontual em detrimento de outras dimensões. Fatores como a flexibilização e a adaptação da instituição aos pequenos promovem a ampliação do universo infantil e tornam o espaço rico e livre para elas se desenvolverem, conhecerem e ampliarem suas experiências. Tornar isso possível é fundamental, principalmente quando se tem a infância como elemento básico a ser seguido e respeitado.

A infância precisa ser vivenciada em sua plenitude tanto no ambiente familiar, social, quanto no ambiente da escola. A infância por ser um direito, deve ser algo que precisa ser defendido e a escola precisa levantar essa bandeira e reorganizar seu currículo e seu trabalho pedagógico com base nas especificidades provenientes de cada faixa etária. Considerar a criança nas suas especificidades é crer no seu potencial, é promover a realização de atividades onde a mesma vai estar exposta a aprendizagem através do brincar, é criar ambientes que propiciem seu desenvolvimento e sua interação com o outro e com o mundo que o cerca.

A escola da criança

A escola desenha nos seus horários, atividades, tempo e espaço, uma padronização inerente aquilo que a sociedade almeja. A iniciação a leitura e escrita se faz presente quase que uniformemente no cotidiano da escola, onde o pulsar, o brincar, o despertar, o conhecer e o imaginar seriam grandes parceiros. Ao contrário do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que está posto hoje, diante de algumas realidades, crianças precisam de espaço para correr, de tempo para conhecer e de alegria para tornar suas experiências ricas e significativas. Segundo KRAMER, NUNES e CORSINO (2011):

A escolarização está pautada em um modelo de conhecimento que cinde ciência, arte e vida e no controle do conhecimento, com propostas de soluções prefixadas e previsíveis. É urgente que as práticas pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental se desloquem desse modelo e favoreçam a construção de significados singulares não só previamente determinados, mas constituídos nos acontecimentos da história (KRAMER, NUNES e CORSINO, 2011, p.82).

A escola e os espaços que foram pensados para as crianças precisam construir bases sustentadas nas especificidades das crianças. Dentro da escola existem várias possibilidades e muitas delas dizem respeito a mudança, a adaptação do espaço e do tempo destinados as crianças com base na sua singularidade e no seu desenvolvimento enquanto sujeito que transforma o mundo e é transformado por ele.

O espaço no âmbito escolar diz muito sobre a intencionalidade da escola perante os sujeitos a que ela atende. Para Bufalo e Silva (2011 p.10) Considerar o espaço como ambiente é, “uma das categorias fundantes da construção de uma educação infantil, o espaço em movimento, que materializa uma intencionalidade pedagógica em suas formas físicas”. Ter um ambiente acolhedor, criativo e alegre na escola é acolher a criança seguindo os seus passos e suas necessidades. Dentro desse contexto o papel do educador se mostra cada vez mais atrelado ao sujeito criança e no seu desenvolvimento a partir de experiências formativas sustentadas no brincar, no conhecer e no explorar.

A educação das crianças nas escolas e instituições de educação Infantil está voltada para dois elementos básicos e constituintes das instituições atuais, que se referem ao cuidar e o educar. São estes dois elementos essenciais para o desenvolvimento do trabalho com as crianças nas escolas, mas que são entendidos de forma equivocada quando se limitam apenas ao cuidar no sentido de alimentar, de atentar para o descanso e principalmente para higiene. Já o educar se baseia, infelizmente, em experiências educativas voltadas para escolarização precoce e que acomete boa parte do tempo escolar. Bujes (2001) atenta para o verdadeiro sentido dessas duas formas de trabalho com as crianças. Segundo a autora:

O cuidar vai desde a preocupação com horários, organização de espaços, atenção a materiais como brinquedos, pelo respeito as vontades das crianças, entre outras. O educar no sentido de ver as crianças como sujeitos que vivem um momento onde existe a predominância do sonho, da fantasia, da afetividade e da brincadeira (BUJES, 2001, p.16-17) .



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A infância nessas instituições, onde o cuidar e o educar são vistos estreitamente, passa despercebida, segundo a autora, como nada mais do que um momento de passagem, que precisa ser apressado, como tudo em nossa vida. A postura da escola retrata seus objetivos e aquilo que ela almeja. As escolas de educação infantil precisam priorizar uma proposta pedagógica e de trabalho que contemple a criança e a faça segundo as suas peculiaridades de modo a construir ambientes formativos condizentes com a sua fase da vida.

A definição de uma proposta pedagógica precisa priorizar o desenvolvimento da imaginação, do raciocínio e da linguagem, como instrumentos básicos para a criança se apropriar de conhecimentos elaborados em seu meio social (OLIVEIRA, 2002). As escolas das crianças, instituições de educação infantil e ensino fundamental, espaços do conhecer, necessitam adentrar e conhecer como o atendimento as especificidades dos pequenos são importantes para o seu desenvolvimento. É importante introduzir novos rumos e novos horizontes através da construção de projetos. Segundo Barboza e Horn (2008 p.33), “Projetar é, pois, introduzir o inédito; um novo desejo em uma história não é apenas prosseguir é também romper e reorientar o curso das coisas”. Estes devem atender a criança quanto a sua necessidade e promover o diálogo entre a escola e a infância.

A escola precisa romper com a rigidez e fundamentar sua prática com base nos direitos das crianças já estabelecidos e naquilo que já é afirmado em documentos oficiais como a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Art. 29 onde diz que “A educação infantil, [...], tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” A escola possui o compromisso de atender crianças e o fazê-lo de forma a tornar as experiências das crianças condizentes com as suas especificidades.

O professor nesse contexto tem a responsabilidade de promover situações de desenvolvimento e criação de oportunidades que envolvam a criança de modo a incorporar em sua prática elementos pertencentes ao universo infantil. Perez (2012) *apud* Lima (2005) argumenta que “é imprescindível que o professor conheça a criança para que possa exercer plenamente seu papel de educador, o que inclui valorizar e reconhecer suas manifestações privilegiadas, com destaque para as atividades lúdicas”. O trabalho com crianças se insere dentro de um contexto onde a ludicidade e a brincadeira se faz presente. A criança brinca e com isso se desenvolve, criando e recriando novas possibilidades de estar e de agir no mundo, criando e recriando cultura.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Situar as práticas da escola e dos educadores a partir desses pressupostos supõe realizar o planejamento de acordo com aquilo que já é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), onde as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular de Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações de maneira que, dentro outros fatores, “Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.” Entender as especificidades da criança e delimitar o trabalho para ela e com ela, pressupõe uma nova forma de conceber a criança e a infância dentro do contexto escolar.

Conseguir dar conta dessas especificidades da infância e da criança como norteadora das instituições de educação infantil não é algo fácil e nem tão pouco rápido, mas é possível e necessário para afirmação do direito de ser criança e de exercer a infância no ambiente escolar. É preciso idealizar o que é necessário e desenvolver formas de trabalho que compreendam o universo infantil e a criança como eixos centrais. Sobre isso Moreno e Paschoal (2009 p.41) dizem que “A infância que desejamos para nossas crianças é uma infância de direitos [...] Nossa militância é pelo direito de a criança desfrutar do ócio de brincar e de sonhar”. As brincadeiras, a motivação e o conhecimento do mundo que cerca as crianças, são fatores que promovem a interação e o desenvolvimento dos pequenos. A infância nesse sentido consegue se fazer presente e pôr em movimento o papel das instituições como modelos de afirmação e valorização da infância na sociedade.

O lugar da criança, nas instituições de educação infantil e para além destas, é o lugar dela por direito e que precisa ser afirmado nas ações, nos espaços, nos objetivos, na metodologia e no respeito à integridade e pensamento do ser criança considerando dessa forma a criança como ser capaz de pensar e de agir no mundo. Ela, com certeza irá alegrar o dia, colorir os espaços, desenvolver-se de forma livre e afirmar o ser criança e o direito de ter infância e de vivê-la nos espaços que foram construídos para ela e que precisam ser pensados e repensados com ela.

Conclusão

Diante do exposto, com base nas leituras sobre a realidade vivida pelas crianças, é notório observar o papel da escola como elemento fundamental na construção das possibilidades de ser criança e de viver a infância. A distância existente entre a escola e a infância parece estar caracterizada entre o que se deve fazer e o que se faz. A questão da presença da infância e das especificidades da criança



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

está respaldada sob leis e documentos que reconhecem sua importância e valor, mas a escola por vezes, na prática, não se detém a obedecê-las, tampouco a respeitá-las.

É imprescindível que as instituições de Educação infantil sejam pensadas para a criança e com ela. A gama de informações sobre a criança é grande, mas na prática, no chão da escola, o rumo é totalmente controverso aquilo que se almeja e se determina em documentos oficiais. Esse fator perpassa o ambiente, o tempo, o espaço e principalmente a formação dos educadores. Precisamos de espaços e tempos que respeitem a criança, de profissionais especializados em atender crianças, sobretudo respeitando-as e valorizando-as quanto as suas especificidades e principalmente de escolas que afirmem e levantem a bandeira da infância como alicerce de seu trabalho.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica, 2009b. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2011. BRASIL.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BUFALO, J; SILVA, A. O espaço na pedagogia da educação infantil: fábula, perversidade e possibilidade. In **Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

BUJES, M. I. E. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. da S. (orgs). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (orgs). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R. and CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educ. Pesqui.** [online]. 2011, vol.37, n.1, pp. 69-85. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MORENO, G. L.; PASCHOAL, J. D. A Criança de Seis Anos no Ensino Fundamental: Considerações Iniciais. In: BRANDÃO, C. da F.; PASCHOAL, J. D. (orgs.). **Ensino**



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Fundamental de Nove Anos: teoria e prática na sala de aula. São Paulo: Avercamp, 2009.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortes, 2002.

SARMENTO, M. J. ; PINTO, M. **As crianças: contextos e identidades.** Braga. Centro de Estudos da Universidade de Minho, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.